

**CEUB**

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2237-1036

**REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL**  
**BRAZILIAN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW**

**Crônica a respeito das negociações preparatórias para a entrada em vigor do Acordo sobre a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha além da jurisdição (BBNJ): destaques das Comissões Preparatórias I e II de 2025 e desafios para a 3ª PrepCom**

Carina Costa de Oliveira

Ana Flávia Barros-Plataiu

Júlia SchützVeiga

Bárbara Mourão Sachett

Paulo Henrique Reis de Oliveira

Mariana Caldeira

VOLUME 22 • N. 3 • 2025  
TENSÕES REGULATÓRIAS NO DIREITO  
INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

# Sumário

<b>ATUALIDADE .....</b>	<b>12</b>
<b>TRABALHO E PROTEÇÃO DE MIGRANTES BRASILEIROS NO EXTERIOR: ABORDAGENS MULTISITUADAS E PERSPECTIVAS TEÓRICAS .....</b>	<b>14</b>
Leonardo Cavalcanti da Silva, Maria José Rigotti e Nitish Monebhurrn	
<b>CRÔNICA .....</b>	<b>36</b>
<b>CRÔNICA A RESPEITO DAS NEGOCIAÇÕES PREPARATÓRIAS PARA A ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO SOBRE A CONSERVAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE MARINHA ALÉM DA JURISDIÇÃO (BBNJ): DESTAQUES DAS COMISSÕES PREPARATÓRIAS I E II DE 2025 E DESAFIOS PARA A 3ª PREP COM.....</b>	<b>38</b>
Carina Costa de Oliveira, Ana Flávia Barros-Platiau, Júlia SchützVeiga, Bárbara Mourão Sachett, Paulo Henrique Reis de Oliveira e Mariana Caldeira	
<b>THE TWO COURSES TO THE RECOGNITION OF THE RIGHTS OF NATURE IN LATIN AMERICA .....</b>	<b>47</b>
María Valeria Berros e María Carman	
<b>FROM RULES OF ORIGIN TO SUSTAINABILITY: EVOLUTION OF PRODUCT TRANSPARENCY IN INTERNATIONAL TRADE .....</b>	<b>68</b>
DAO Gia Phuc	
<b>RECONCEPTUALIZING FREEDOM OF FISHING IN THE HIGH SEAS UNDER ECOLOGICAL JUSTICE FRAMEWORKS.....</b>	<b>94</b>
Irawati e Syahrul Fauzul Kabir	
<b>COORDINATING CONFLICTS BETWEEN ENVIRONMENTAL STANDARDS AND TRADE COMPETITION THROUGH LEGAL MECHANISMS: TRANSPLANTING EU INITIATIVES INTO VIETNAM'S FRAMEWORK.....</b>	<b>110</b>
Linh Nguyen Huu Khanh	

### **III. TENSÕES DE SOBERANIA NA GOVERNANÇA MARÍTIMA INTERNACIONAL ..... 124**

**RIGHTS AND OBLIGATIONS IN MARINE SCIENTIFIC RESEARCH: LEGAL INSIGHTS FROM CHINESE RESEARCH/SURVEY VESSELS OPERATING IN MARITIME ZONES UNDER VIETNAM'S SOVEREIGN RIGHTS 126**

Dao Le Thi Anh, Dung Le Duc e Ha Pham Thi Bac

**EL CASO CHORÉACHI: UN LLAMADO INTERNACIONAL A LA ACCIÓN FRENTE AL RECONOCIMIENTO Y PROTECCIÓN DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS ..... 148**

John Restrepo, Manuel Nava e Luisa Patino

**LEGAL AID FOR DOMESTIC VIOLENCE VICTIMS IN VIETNAM: COMPARATIVE INSIGHTS FROM INTERNATIONAL LEGISLATIVE INSTRUMENTS..... 164**

Bich Ngoc Nguyen e Tuan Van Vu

### **V. TENSÕES DE RESPONSABILIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL ..... 182**

**INDIVIDUAL LEGAL RESPONSIBILITY FOR UNLAWFUL ORDERS WITHIN POLICE INSTITUTIONS IN INDONESIA AND ITS RELEVANCE TO INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS NORMS ..... 184**

Mohammad Fattah Riphath, Setyo Widagdo, Prija Djatmika e Abdul Madjid

## Crônica a respeito das negociações preparatórias para a entrada em vigor do Acordo sobre a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha além da jurisdição (BBNJ): destaques das Comissões Preparatórias I e II de 2025 e desafios para a 3ª PrepCom\*

\* A crônica é resultado de pesquisas no âmbito dos seguintes projetos: Edital n. 18 de 2024, PQ, Processo: 307185/2025-7, título: A interface entre o conhecimento, a política e o direito na governança costeira e marinha; Edital 35 de 2022 da Capes, processo 88881.714741/2022-01, título: Governança da Amazônia Azul: métodos interdisciplinares de humanidades e ciências naturais; Edital n. 16 de 2024, Processo: 404162/2024-0, título: As contribuições da América Latina para a litigância socioecológica e climática na proteção de Biomas.

\*\* Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Colíder do Grupo de Estudos em Direito, Recursos Naturais e Sustentabilidade (Gern-UnB). Advisor da delegação brasileira na 1ª e 2ª. PrepComs BBNJ e desde 2018. Bolsista Pq do CNPq. E-mail: carina2318@gmail.com

\*\*\* Professora de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e da Escola Superior de Defesa (ESD). Bolsista Pq do CNPq. E-mail: anafaviaplataiu@gmail.com

\*\*\*\* Doutoranda em Direito na NOVA School of Law, UNL, Portugal. Visiting Fellow do Nippon Foundation Ocean Voices Programme, University of Edinburgh, UK. Advisor da delegação brasileira nas negociações sobre BBNJ desde 2019. E-mail: julia.schutz@gmail.com

\*\*\*\*\* Doutora em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora de Direito Internacional. Pesquisadora do do Centro de Estudos em Direito do Mar “Vicente Marotta Rangel” - CEDMAR/USP. Atuou como legal advisor da Delegação Brasileira durante a PrepCom II. E-mail: barbara\_mourao@hotmail.com

\*\*\*\*\* Doutorando e Mestre em Direito Internacional e Comparador pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Centro de Estudos em Direito do Mar “Vicente Marotta Rangel” - CEDMAR/USP. Atuou como legal advisor da Delegação Brasileira durante a PrepCom I. E-mail: oliveira.phro@gmail.com

\*\*\*\*\* Doutoranda na Universidade de Edimburgo, Assistente de Pesquisa no IPLC Project – Ocean Voices Programme. Advisor da delegação brasileira na 1ª PrepCom BBNJ. E-mail: mcaldeiraussie@gmail.com

Carina Costa de Oliveira\*\*

Ana Flávia Barros-Plataiu\*\*\*

Júlia SchützVeiga\*\*\*\*

Barbara Mourão Sachett\*\*\*\*\*

Paulo Henrique Reis de Oliveira\*\*\*\*\*

Mariana Caldeira\*\*\*\*\*

As Comissões Preparatórias (PrepComs) 1 e 2 estabelecidas para auxiliar a entrada em vigor do Acordo de implementação, vinculado à Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, sobre a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica marinha em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ), ocorreram entre os dias 14-25 de abril e 18-29 de agosto de 2025, na sede da ONU, em Nova York. As PrepComs marcam o início de uma nova etapa crítica<sup>1</sup>, durante a qual há a expectativa de operacionalização do Acordo BBNJ, com foco na primeira Conferência das Partes (COP 1) e nos parâmetros para estabelecimento dos cinco órgãos subsidiários<sup>2</sup>. A última sessão desse processo ocorrerá em março de 2026, considerando que o Acordo BBNJ já possui 55 ratificações<sup>3</sup> e entrará em vigor 120 dias após a 60ª ratificação, prazo esse que se aproxima rapidamente, em comparação com o processo de ratificação de outros acordos multilaterais<sup>4</sup>. Houve um ambiente de cooperação e reforço do multilateralismo, com consideráveis progressos a respeito dos objetivos estabelecidos para a PrepCom. Este cenário colaborativo promoveu avanços particularmente quanto a regras procedimentais para a implementação do Acordo.

<sup>1</sup> DALAKER, Kristine; LOTHIAN, Sarah. Key takeaways and insights from the first session of the BBNJ Preparatory Commission. *Ocean & Climate News – Global Ocean Forum*.

<sup>2</sup> UNITED NATIONS. Access and Benefit-sharing Committee, the Capacity-building and Transfer of Marine Technology Committee, the Finance Committee, the Implementation and Compliance Committee and the Scientific and Technical Body (STB), as well as on the Rules of Procedure of the BBNJ COP. Resolutions A/RES/78/272 of 24 Apr. 2024, A/RES/78/560 of 13 Aug. 2024, and A/RES/79/271 of 4 Mar. 2025. Ver ainda: CREMERS, Klaudija; ROCHELETTE, Julien; COCCORESE, Elisa; KACHELRIESS, Daniel; PAYNE, Cymie R. The first substantive BBNJ Agreement Preparatory Committee: preparing the ground for future implementation. IDDRI; High Seas Alliance; Rutgers University; IUCN-WCEL-Ocean Law, 2025.

<sup>3</sup> UNITED NATIONS. *United Nations Treaty Collection: Agreement under the United Nations Convention on the Law of the Sea on the Conservation and Sustainable Use of Marine Biological Diversity of Areas Beyond National Jurisdiction – Status of Ratification*. Disponível em: [https://treaties.un.org/PAGES/ViewDetails.aspx?chapter=21&clang=\\_en&mtdsg\\_no=XXI-10&src=TREATY](https://treaties.un.org/PAGES/ViewDetails.aspx?chapter=21&clang=_en&mtdsg_no=XXI-10&src=TREATY). Acesso em: 31 ago. 2025.

<sup>4</sup> BLASIAK, Robert; JOUFFRAY, Jonas B. When will the BBNJ Agreement deliver results? *npj Ocean Sustainability*, v. 3, art. 21, 2024. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s44183-024-00058-6>. Acesso em: 31 ago. 2025.

De modo geral, as duas reuniões foram bastante cordiais e construtivas. As divergências se referem a questões que já haviam sido levantadas durante o processo de elaboração do texto adotado por consenso em 2023 e, portanto, não são novas. Cita-se, por exemplo, o tema das regras de financiamento e dos direitos e deveres de Estados nas suas diversas categorias como Estados insulares em desenvolvimento (SIDS); Países de menor desenvolvimento relativo (LDCs), Países em desenvolvimento sem litoral, entre outros, e processos decisórios.

Todo o processo das PrepComs está sendo mediado por dois Co-chairs de Belize e da Austrália (Janie Coye-Felson de Belize e Adam McCarthy da Austrália) que prepararam documentos e questões orientadoras para manter o debate focado nos resultados necessários, com o apoio da Divisão de Oceano e Direito do Mar da ONU (DOALOS). Os temas gerais preparados pelos Co-chairs e pela DOALOS foram: 1) Regras de procedimento; 2) Mecanismo de intercâmbio de informações (Clearing-House Mechanism); 3) Mecanismos financeiros; 4) Cooperação institucional; 5) Mecanismos de reporting.

Ao longo do processo negociador, o Brasil atuou em conjunto com o grupo regional conhecido como “Core Latin American Countries” (CLAM) formado por: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Além de compartilhar interesses comuns, a coordenação regional amplia o alcance das posições brasileiras e favorece as negociações juntamente a outros Estados e grupos — procedimento também adotado por outras regiões, que negociam em bloco como forma de fortalecer seus respectivos pleitos estatais. Destacam-se os seguintes grupos: Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico (PSIDs), Grupo Europeu e Grupo Africano. Todos foram bastante ativos, com maior destaque para os dois primeiros que sempre se manifestavam bem no início das sessões seguidos do CLAM, do Grupo Europeu e do Grupo Africano.

Seguem abaixo os principais destaques das negociações das PrepComs I e II com posterior indicação dos principais desafios para a próxima rodada de negociações.

## 1 Destaques das negociações das PrepComs

### 1.1 Regras de procedimento

As negociações relacionadas às regras de procedimento trataram sobretudo de termos de referência e modalidades de operação da Conferência das Partes, do Secretariado e dos órgãos subsidiários.

As delegações discutiram elementos ligados à frequência e ao local da COP, bem como aos órgãos subsidiários, à participação de observadores e à composição do Bureau. Em relação à frequência e ao local das COPs, a maioria das delegações se mostrou favorável à realização de reuniões anuais nos primeiros anos, passando depois para encontros bienais. Houve sugestões de que as COPs fossem rotacionais entre as regiões, como ocorre no contexto de COPs ambientais. Essa proposta recebeu contestações em razão dos custos e da logística envolvidos. A possibilidade de reuniões virtuais e híbridas também foi levantada, restringindo-se apenas a circunstâncias excepcionais, como no caso da pandemia. Esse caráter virtual ou híbrido permitiria maior flexibilidade em termos de participação, mas levantou questões quanto ao direito de voto dos que não estivessem pessoalmente presentes.

Na PrepCom I houve ainda debates relacionados à diferenciação entre aspectos substanciais e procedimentais. Por exemplo, houve um debate sobre a proposta chinesa de incorporar provisões substantivas dos artigos 6 do tratado BBNJ (no prejudice) e do art. 18 (area of application) nas regras procedimentais da COP. Tal proposta engendrou forte oposição de muitos delegados e demonstrou um dos grandes desafios para a construção de consenso<sup>5</sup>. Na PrepCom II também houve momentos de manifestação no sentido de que o artigo 7 do Acordo, relacionado aos princípios e abordagens gerais, deveria ser adicionado em alguns dos dispositivos dos documentos procedimentais. Houve manifestação

<sup>5</sup> “This issue served as a reminder of the distinct possibility that there may be some issues upon which the PrepCom may have difficulty reaching consensus in meeting its mandate to provide recommendations to the first meeting of the COP”. DALAKER, Kristine; LOTHIAN, Sarah. Key takeaways and insights from the first session of the BBNJ Preparatory Commission. *Ocean & Climate News – Global Ocean Forum*. Acesso em: 30 ago. 2025.

no sentido de que não haveria necessidade de repetir as alíneas dos princípios já previstos no Acordo BBNJ.

Com relação ao Secretariado, Bélgica e Chile reiteraram a sua intenção de sediarem o Secretariado. Durante as duas PrepComs o Chile fez eventos paralelos para demonstrar todos os detalhes físicos e procedimentais relacionados à implantação do Secretariado no país. A Bélgica foi mais ativa em sua proposta na PrepCom I do que na PrepCom II, enquanto o Chile foi ativo nas duas sessões.

Foram discutidos três possíveis modelos de Secretariado para o BBNJ: o primeiro, um Secretariado operando de forma autônoma em relação à ONU; o segundo, um Secretariado vinculado institucionalmente à ONU, ao mesmo tempo, dotado de uma certa autonomia; e por fim, um terceiro modelo, administrado por alguma entidade da ONU já existente. A sugestão do Secretariado com algum vínculo institucional com a ONU foi apoiada por muitos delegados, enquanto outros apoiaram um modelo *ad hoc*, a fim de atender às necessidades do Acordo com certo grau de independência em relação à ONU. O CLAM apoiou um Secretariado com personalidade jurídica internacional e com nomeação de um Secretário-Geral com rodízio regional e mandato de 4 anos. Os delegados ressaltaram a necessidade da aplicação dos princípios da transparência, eficácia, inclusão, autonomia funcional, visibilidade e adaptabilidade, além disso, muitos mencionaram a necessidade da participação plena e efetiva dos SIDS, LDCs e de Estados e observadores com necessidades especiais.

No que tange aos órgãos subsidiários, na PrepCom I houve debates gerais sobre todos os 5 órgãos subsidiários que serão criados a partir da entrada em vigor do tratado. Na PrepCom II houve foco nos termos de referência e nas modalidades de operação do Órgão Científico e Técnico. As negociações foram construtivas e avançaram nos detalhes da composição do órgão e da possibilidade desse modelo poder ser replicado para os outros 4 órgãos subsidiários, sempre em conexão às regras de procedimento tanto do Secretariado quanto das COPs.

Em relação aos Termos de Referência para os órgãos subsidiários (ToR, na sigla em inglês), na PrepCom I alguns delegados enfatizaram que a PrepCom deveria redigi-los para adoção na COP1, enquanto muitos expressaram flexibilidade quanto ao formato dos documentos a serem desenvolvidos. Na PrepCom II já

houve negociação do Termo de Referência que serviria como draft para a primeira COP deliberar.

Quanto aos observadores, foi levantada, por exemplo, a questão da participação específica dos povos indígenas e das comunidades locais. Além disso, houve manifestação no sentido de que deveriam ter uma categoria própria, por possuírem direitos específicos. Houve manifestações a favor tanto de grupos (como PSIDS e AOSIS), Estados (como Suíça e Costa Rica), como das próprias ONGs presentes na negociação. Um dos pontos sensíveis foi o status de Estados não-Partes depois da entrada em vigor do Acordo BBNJ. Sugeriu-se que eles teriam o status de observadores.

Houve, portanto, bastante avanço significativo entre a PrepCom I e II. Na segunda PrepCom já houve negociação de texto que será utilizado como draft para a primeira COP. Houve avanços, também, na negociação sobre o Mecanismo de intercâmbio de informações.

## 1.2 Mecanismo de intercâmbio de informações (Clearing-House Mechanism)

O último texto circulado pelos Co-Chairs ao final da sessão da PrepCom II reflete um esforço de equilíbrio entre representatividade dos Estados e inclusão na composição do working-group responsável por elaborar as diretrizes (guidelines) para o desenvolvimento do Clearing-House Mechanism (CHM). A proposta ancora-se no Artigo 51 do BBNJ, que define o CHM como uma plataforma digital transversal aos quatro pilares substantivos do tratado, recursos genéticos marinhos (MGR), instrumentos de gestão baseados em áreas (ABMTs), avaliações de impacto ambiental (EIA) e capacitação e transferência de tecnologia marinha (CBTMTI).

Com base nas propostas debatidas durante as sessões dos pequenos grupos de trabalho, os Co-Chairs propuseram um arranjo institucional que assegurasse assentos reservados para Estados com necessidades especiais, em especial Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), países de menor desenvolvimento relativo (LDCs) e países em desenvolvimento sem litoral, ao mesmo tempo em que mantivesse o grupo de especialistas em uma escala funcional e equilibrada.

Apesar desse esforço de inclusão, divergências surgiram em torno da cláusula de objeção prevista no Artigo 7(b). A parte final desta alínea poderá permitir que a objeção de um único Estado impeça a nomeação de

um especialista. Para alguns, trata-se de uma salvaguarda contra potenciais conflitos de interesse; para outros, é um mecanismo de veto político que ameaça o caráter técnico e especializado do grupo. Como indicam análises críticas, esse dispositivo pode intensificar assimetrias epistêmicas, sobretudo ao excluir representantes de Povos Indígenas e comunidades locais (IPLCs), cuja participação é essencial para um CHM inclusivo.

Esta objeção nas nomeações de experts pelos Estados requereu um esforço constante dos facilitadores do pequeno grupo de trabalho sobre questões do CHM. Representantes do Reino Unido e de Barbados desempenharam papel central: ao compilar e sistematizar as propostas dos Estados, destacaram tanto as áreas de consenso como as fissuras mais sensíveis, incluindo a controvérsia sobre o veto.

Outro aspecto relevante do texto é a previsão de participação de especialistas provenientes de atores não-estatais, como sociedade civil, setor privado e IPLCs. Ao propor essa abertura, os Co-Chairs reforçam a ideia de que o CHM não deve ser concebido apenas como um repositório de dados, mas como uma infraestrutura de governança plural, ancorada nos princípios FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable) e CARE (Collective Benefit, Authority, Responsibility, Ethics). Nas consultas conduzidas pelo pequeno grupo de trabalho, vários Estados apoiaram fortemente a integração de múltiplos sistemas de conhecimento, enquanto outros expressaram receio de que isso pudesse gerar sobrecarga institucional ou sobreposição de mandatos com organismos já existentes.

No período interseccional, o papel dos Estados será de estabelecer um grupo de trabalho informal com competência para consolidar *guidelines* que definam os requisitos técnicos, jurídicos e administrativos para o CHM, criando uma base clara para sua futura operacionalização. Garantir assentos reservados para SIDS e outros Estados com interesses e necessidades especiais será fundamental para assegurar legitimidade, ao passo que a revisão da cláusula de objeção poderá reduzir riscos de politização no processo de seleção. A síntese das propostas feita pelos facilitadores fornece material concreto para esse exercício, permitindo que as diretrizes finais ampliem, e não restrinjam, a diversidade de vozes e conhecimentos que deverão estruturar o CHM. Dessa forma, o grupo de trabalho não só produzirá um manual técnico, mas também um instrumento político-

-epistêmico capaz de orientar uma implementação futura mais justa e inclusiva. Outro tema que avançou bastante nas discussões foram os mecanismos financeiros.

### 1.3 Mecanismos financeiros

Os mecanismos financeiros foram tema central durante a PrepCom I do Acordo BBNJ, reconhecendo-se que a implementação eficaz do regime e o alcance dos objetivos depende de bases financeiras estáveis, previsíveis e transparentes. Importante destacar que por diversas vezes foi ressaltado que os mecanismos financeiros dependiam da estrutura do Secretariado, o que até aquele momento não tinha sido definido. Diante disso, o G77+CHINA pediu que a DOALOS preparasse quadros comparativos acerca dos modelos de secretariado, permitindo assim que as discussões acerca dos mecanismos financeiros considerassem diferentes cenários.

Nesse contexto, o Grupo europeu destacou que mecanismos e regras financeiras para uma entidade independente, como a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA), é tarefa complexa. Respondendo a isso, a Austrália sugeriu a adoção das regras já aplicadas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC da sigla em inglês), enquanto o Japão pediu esclarecimentos sobre o modelo da ISA, destacando que os vínculos com sistema ONU seriam positivos nesse contexto. Já a China sugeriu um modelo independente de regras financeiras, o qual poderia se basear em alguma extensão no modelo da ISA.

As diferentes condições entre os Estados também foi tema recorrente: G77+CHINA apontaram para necessidade de instrumentos para garantir a participação de Estados insulares em desenvolvimento (SIDS); países de menor desenvolvimento relativo (LDCs) e Países em desenvolvimento sem litoral (LLDCs)<sup>6</sup>. Circunstâncias especiais para os SIDS foram defendidas pela Aliança de Pequenos Estados Ilhas (AOSIS)<sup>7</sup>, pelos Pequenos

<sup>6</sup> São 39 SIDS: List of SIDS | Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States . São 32 Estados sem litoral: List of LLDCs | Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States . São 44 países de menor desenvolvimento relativo: List of LDCs | Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States . Acesso em: 30 ago. 2025.

<sup>7</sup> A Aliança tem 44 membros, representando todos os oceanos. Member States – AOSIS. Acesso em 30 ago. 2025.

Estados Ilhas do Pacífico (P-SIDS), bem como pela Nova Zelândia e Austrália. Ao seu turno, Bangladesh destacou que os mecanismos financeiros também devem considerar as peculiaridades dos países vulneráveis às mudanças climáticas e as Filipinas destacou necessidades especiais dos arquipélagos.

Entre os temas de maior debate, podem ser citados: contribuições voluntárias; acesso direto a recursos; período e planejamento orçamentário; contribuições e atrasos; fiscalização e auditoria; comitê de finanças e fundo especial e relação com o GEF.

Com relação às contribuições voluntárias, o Grupo Europeu defendeu modalidades de contribuição que permitam a participação direta de Organizações Regionais de Integração, aumentando a base de recursos disponíveis. A Rússia alertou que isso poderia gerar ingerência externa ou dependência excessiva de grandes doadores, comprometendo a autonomia do Acordo, bem como alertou para o risco de contribuições voluntárias estarem sujeitas a cenários políticos. O CLAM enfatizou normas claras de prestação de contas, especialmente para doadores privados, a fim de evitar conflitos de interesse. Para o CLAM, transparência e “*accountability*” são princípios norteadores. Um *trust fund* voluntário foi criado, para contribuir no processo de participação de países em desenvolvimento, porém os países desenvolvidos foram reticentes em aceitar maiores obrigações financeiras. Entretanto, a União Europeia ofereceu 40 milhões de euros para ajudar no processo de ratificação para os países em desenvolvimento<sup>8</sup>.

Quanto ao acesso direto, o Grupo Africano defendeu o acesso direto aos fundos. Procedimentos simplificados de acesso e aprovação foram defendidos pelo grupo e também por observadores como High Seas Alliance. Com relação ao período e planejamento orçamentário, Canadá, Reino Unido e o Grupo Europeu se opuseram a um ciclo orçamentário anual diante das complexidades, todavia, reforçaram que as auditorias devem ser anuais. Japão e CLAM se manifestaram por ciclos de dois anos, o que mais tarde recebeu suporte do Comunidade do Caribe (CARICOM)<sup>9</sup>, AOSIS e

Turquia. Acerca do planejamento, o Grupo Europeu defendeu que se adotasse um orçamento administrativo e um programático, sendo que o programático deve informar resultados, objetivos e metas. Austrália e União Europeia defenderam o sistema de salvaguardas, para prevenir o uso excessivo de propostas orçamentárias suplementares, trazendo para discussão o que tem ocorrido na ISA.

No que tange às contribuições e aos atrasos, AOSIS sugeriu medidas rigorosas, como suspensão do direito a voto de Estados inadimplentes, visando proteger a previsibilidade orçamentária. O Grupo Europeu apoiou consequências para o não pagamento, mas com prazo máximo inferior a seis anos e se opôs ao uso da reserva de capital de giro para cobrir inadimplências. A Nova Zelândia pediu cautela e mais debate antes de adotar punições formais, enquanto o CLAM destacou que medidas deveriam ser aplicadas de forma não discriminatória, considerando realidades econômicas diversas.

Com relação à fiscalização e à auditoria, o Reino Unido e o Canadá defenderam mecanismos robustos baseados na UNFCCC, visando transparência e confiança. Filipinas sugeriram modelo da ISA. O CARICOM apoiou auditoria da ONU, mas alertou para ajustes necessários à realidade de um novo secretariado do BBNJ.

No que concerne ao Comitê de Finanças, o CLAM sugeriu que regras reflitam funções específicas do Comitê, aplicando regras da COP *mutatis mutandis*. CARICOM pediu alinhamento com outros órgãos subsidiários, incluindo frequência de eleições, limites de mandato e sistema escalonado de renovação. Quanto à interação com outros órgãos subsidiários, AOSIS defendeu vínculos com o Comitê de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS), o de Compliance e o de Capacitação e Transferência de Tecnologia Marinha (CBTMT), propondo programas conjuntos para SIDS. Quanto à composição do Comitê de Finanças, AOSIS, P-SIDS e CARICOM defenderam um corpo limitado, com assentos para SIDS. O CLAM apoiou composição restrita baseada em especialistas, enquanto a UE preferiu modelo da UNFCCC, evitando prolongar debates sobre elegibilidade. O P-SIDS destacou que membros devem ter experiência prática em gestão de fundos, captação de recursos e transparência, incluindo profissionais de áreas além do direito. Quanto ao mandato, Grupo Europeu e P-SIDS defenderam mandatos de dois anos.

<sup>8</sup> CREMERS, Klaudija; ROCHETTE, Julien; COCCORESE, Elisa; KACHELRIESS, Daniel; PAYNE, Cymie R. The first substantive BBNJ Agreement Preparatory Committee: preparing the ground for future implementation. IDDRI; High Seas Alliance; Rutgers University; IUCN-WCEL-Ocean Law, 2025. p.5.

<sup>9</sup> São 16 membros e 06 membros associados. Member States and Associate Members – CARICOM. Acesso em: 30 ago. 2025.

Na PrepCom I, diversas delegações concordaram em utilizar o GEF para apoiar órgãos subsidiários e a implementação do Acordo. O Grupo Europeu sugeriu alinhar ciclos orçamentários com reposição do GEF. O CLAM enfatizou acesso simplificado para países em desenvolvimento. O Grupo Africano propôs direcionar recursos a capacitação e transferência de tecnologia. Algumas delegações alertaram para o risco de dependência excessiva do GEF e nesse sentido parece ter sido alcançado o consenso de que o GEF deve ser complementar, coexistindo com fundos próprios e contribuições inovadoras no âmbito do próprio Acordo.

Durante a PrepCom II, houve avanço na redação de um Draft relacionado aos Arranjos com o GEF para dar efeito às disposições pertinentes sobre o financiamento do Acordo. O documento foi preparado pelos Co-Presidentes<sup>10</sup>. Houve, ainda, avanço no tema da cooperação institucional de modo geral.

#### 1.4 Cooperação institucional

A DOALOS tem servido como Secretariado enquanto não se decide sobre como será o funcionamento do Secretariado do BBNJ. Pode-se considerar que a PrepCom I teve muitas sugestões diferentes e inovadoras de seus delegados, porém foi amplamente baseada nos instrumentos, frameworks e órgãos (IFBs) já existentes. Assim, a cooperação tem sido mais do sentido de analisar IFBs para ver se podem servir de modelo para o regime em vias de construção. Merecem especial destaque as questões do CHM e do financiamento, posto que o CHM será um mecanismo adicional e inovador sobre o compartilhamento de dados.

A cooperação com diversas organizações, como a Organização Marítima Internacional (OMI); Organização para Agricultura e Alimentação (FAO); a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA); e as Organizações Regionais de Ordenamento Pesqueiro (RFMOs da sigla em inglês) já havia sido debatida e teve boa recepção dos Estados signatários em 2023. Em 2025 durante as duas PrepComs observou-se maior aproximação dessas organizações tanto pelas manifestações orais quanto escritas. Durante a PrepCom II aprofundou-se a análise de arranjos que poderiam inspirar os órgãos que serão criados no âmbito do Acordo, bem com os arranjos que poderiam formalizar as

cooperações entre o Secretariado BBNJ e os IFBs. Os secretariados de convenções foram bastante citados e demandados sobretudo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da Convenção de Minamata, da Convenção do Clima (UNFCCC) entre outras. Cada um dos arranjos tem pontos fortes e limites, com potencialidades de reduzir a fragmentação na governança marinha<sup>11</sup>.

Há aspectos sensíveis nos arranjos de cooperação, pois cada organização também se manifestou no sentido de defender o seu mandato. Por exemplo, houve diversas manifestações da ISA e de RFMOs durante a PrepCom II reafirmando as suas competências. Com relação ao posicionamento dos Estados, é possível que Rússia e China tenham restrições à colaboração com outros IFBs em razão da alta tensão geopolítica neste momento, em regiões como o Mar do Sul da China e o oceano glacial Ártico.

Durante as negociações houve sessões específicas para comentar o documento preparado pelo Secretariado intitulado: “Arranjos para reforçar a cooperação com os instrumentos e marcos jurídicos pertinentes, bem como com os organismos globais, regionais, sub-regionais e setoriais relevantes (IFBs do inglês)”<sup>12</sup>. Esse documento será certamente objeto de mais debate em 2026 durante a PrepCom III.

#### 1.5 Mecanismos de reporting

Para a PrepCom II foi circulado o documento “Requisitos de apresentação de relatórios nos termos do Acordo BBNJ”<sup>13</sup>. Trata-se de um documento bastante informativo que reúne os dispositivos do Acordo que preveem obrigações relacionadas a apresentação de relatórios tanto para o Secretariado, para a Conferência das Partes, quanto para e pelos órgãos subsidiários. Como haverá a criação de um Comitê específico de Implementação e Cumprimento, o tema da implementação do Acordo e dos mecanismos de acompanhamento do cumprimento das obrigações já está sendo objeto de proposições a fim de identificar quando e padronizar como as obrigações serão avaliadas.

<sup>11</sup> Ver: LAUSEN, Johan Nikolaj. Fragmentation revisited: a critical analysis of the effects of introducing the BBNJ Agreement into the ocean governance landscape. *Nordic Journal of International Law*, v. 94, p. 184-210, 2025.

<sup>12</sup> A/AC.296/2025/16.

<sup>13</sup> A/AC.296/2025/17.

<sup>10</sup> A/AC.296/2025/14.

Diante desses avanços na fase das Comissões preparatórias, é relevante pontuar alguns elementos relacionados aos desafios para a próxima PrepCom e para a iminente entrada em vigor do tratado.

## 2 Desafios para a continuidade da PrepCom e entrada em vigor do acordo

Os objetivos das PrepComs I e II estão sendo cumpridos e as negociações parecem avançar de modo construtivo. Os dois grandes desafios, que foram pautados na PrepCom I e II, foram o desenho institucional (design) e as negociações relativas ao financiamento. Tanto os Co-Chairs quanto a DOALOS conseguiram preparar um material bastante rico com informações relevantes sobre os aspectos institucionais e procedimentais de outras organizações internacionais a fim de subsidiar as negociações. Um dos principais desafios para 2026 consiste em manter o espírito cooperativo e de fortalecimento do multilateralismo, mas ao mesmo tempo avançando para a necessária tomada de decisão no que concerne ao desenho institucional e ao financiamento.

Para 2026, os desafios estão conectados a temas mais sensíveis como o financiamento. Os interesses do Chile e de Bruxelas de sediarem o Secretariado com uma organização autônoma com personalidade jurídica impõem um objetivo de obtenção de mais recurso financeiro, dificuldade essa que está presente em todos os foros multilaterais. A articulação das obrigações e das competências dos órgãos que serão criados com a entrada em vigor do Acordo com outras organizações também será um desafio.

A PrepCom III ocorrerá entre os dias 23 de março e 2 de abril de 2026. Nas suas alegações finais durante a PrepCom II, a Co-Chair Felson observou que a iminente entrada em vigor do BBNJ é um “desenvolvimento bem-vindo, mas nos coloca sob pressão de tempo”. Ela também destacou a necessidade de manter o diálogo aberto, o foco nas questões-chave para consolidar o Acordo, e o oferecimento de apoio contínuo, inclusive no trabalho entre as sessões. Já o Co-Chair McCarthy, em suas alegações finais, agradeceu a todos os delegados pela flexibilidade e enfatizou que, muito embora algumas questões tenham progredido mais rapidamente do que outras, considera que a PrepCom II foi bem-su-

cedida, oferecendo um plano de trabalho preciso para o período entre sessões.

O maior desafio agora é manter todas as delegações a bordo, para a implementação do Acordo BBNJ nas melhores condições, com o objetivo maior da conservação e do uso sustentável da biodiversidade marinha além da jurisdição nacional. É relevante que o CLAM continue unido e mantenha sua participação ativa com propostas orais e escritas. Para que o Brasil possa participar da futura COP 1 do Acordo BBNJ como Parte é preciso ratificar o Acordo. A sociedade civil aguarda ansiosamente esse momento.

## Referências:

BLASIAK, Robert; JOUFFRAY, Jonas B. When will the BBNJ Agreement deliver results? *npj Ocean Sustainability*, v. 3, art. 21, 2024. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s44183-024-00058-6>. Acesso em: 31 ago. 2025.

CREMERS, Klaudija; ROCHETTE, Julien; COCCO-RESE, Elisa; KACHELRIESS, Daniel; PAYNE, Cymie R. The first substantive BBNJ Agreement Preparatory Committee: preparing the ground for future implementation. [S.l.]: IDDRI; High Seas Alliance; Rutgers University; IUCN-WCEL-Ocean Law, 2025.

DALAKER, Kristine; LOTHIAN, Sarah. Key takeaways and insights from the first session of the BBNJ Preparatory Commission. *Ocean & Climate News – Global Ocean Forum*.

LAUSEN, Johan Nikolaj. Fragmentation revisited: a critical analysis of the effects of introducing the BBNJ Agreement into the ocean governance landscape. *Nordic Journal of International Law*, v. 94, p. 184-210, 2025.

Para publicar na Revista de Direito Internacional, acesse o endereço eletrônico  
[www.rdi.uniceub.br](http://www.rdi.uniceub.br) ou [www.brazilianjournal.org](http://www.brazilianjournal.org).  
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.